CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMLT

ACTA Nº 6

DE

14 / 04 / 2011

CIMLT
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

ACTA Nº 6

SESSÃO ORDINÁRIA

Dia 14 de Abril de 2011

Início da Sessão: 21.00 horas

Términus da Sessão: 22.30 horas

Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz

Vice-Presidente da Mesa: Carlos Alberto Salvador Pernes

Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias

ACTA DA SEXTA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)

--- Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.00 horas.----------

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Teresa Isabel Almeida Filipe, Ana Sofia Fonseca Casebre, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês da Nóbrega Guilherme D'Aguiar, António Pratas Cardoso, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, António José Rodrigues, Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Manuel Luís Gutierres de Matos (em substituição de Ana Carla Ferreira Gonçalves), Nuno Manuel David Ganhão Vieira (em substituição de Sónia Patrícia da Silva Ferreira), Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Filipe Claro Justino, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, António Joaquim Soares (em substituição de Liliana Catarina Barroso de Sousa), Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Ferreira, Patrícia Cachulo Pote, Carlos Manuel Neves Leal, João Maria da Silva Travessa Filipe, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Manuel Maria Lagos Pedroso e

Idália Maria Marques Salvador Serrão. ----------

-- Apresentaram justificação de falta os seguintes membros: Sónia Patrícia da Silva Ferreira, Liliana Catarina Barroso de Sousa, Nuno Rafael Marona de Carvalho, Maria Manuel Simão, Rui Augusto Nabais Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto, Pedro Miguel dos Santos Queimado e Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira.----------

--- Não apresentaram justificação de falta os seguintes membros: Maria Manuela Santos Ferreira Cunha, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Pedro Raimundo Duarte Coelho, Bernardo António Palheta Serra, António Pedro Mendonça Vieira, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, António Joaquim Soares, António Manuel Silva Arribança, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto.--------

---

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: ----------

--- Período Antes da Ordem do Dia;----------

--- Ordem do Dia:----------

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;----------

--- 2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2010;----------

--- 3 – Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2010;----------

--- 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011;----------

--- 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Regulamento Interno dos Perfis de Competências da CIMLT;----------

--- 6 – Apreciação e Votação de Proposta de Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Electrónicas da CIMLT.----------

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT,**

Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS), colocando à votação a acta da sessão de 19 de Novembro de 2010 da Assembleia Intermunicipal.----------

--- Submetida a votação, a acta da sessão de 19 de Novembro de 2010 da Assembleia Intermunicipal foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:----------

--- Votos a favor: 28;----------

--- Abstenções: 5.----------

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, levantando uma questão sobre uma recomendação que tinham feito ao Executivo sobre o IC3 e a nova Ponte sobre o Tejo. Lembrou que tinham apresentado uma proposta, que tinha sido aprovada por unanimidade na Assembleia Intermunicipal, no sentido de fazer alguma pressão. Disse saber que naquele momento as condições não eram as mais favoráveis. No entanto, fossem quais fossem as medidas a ser adoptadas, o investimento público era um sector onde tinha que se ter alguma atenção. Neste caso concreto, era imprescindível para a Região que não se deixasse cair o IC3 e a construção da nova Ponte sobre o Tejo, que iria ligar a zona de Almeirim ao Entroncamento e que permitiria acessibilidades entre o norte e o sul do Tejo e também o desvio do tráfego dos camiões que passavam diariamente dentro das localidades com resíduos industriais perigosos. Lembrou também que a Região, principalmente os concelhos próximos da Chamusca, do Eco-Parque da Carregueira, prestaram um serviço nacional com a instalação daqueles dois equipamentos de tratamento de resíduos perigosos, que mais ninguém quis e que a Chamusca, dialogando com as populações, tinha aceite. Aceitou porque compreendeu que era um serviço que estava a ser prestado ao País. Por isso, segundo o senhor Deputado, a Região tinha autoridade moral para reivindicar alguns serviços de âmbito nacional, nomeadamente a construção do IC3. Na opinião do senhor Deputado, o senhor Presidente do Conselho Executivo e também Presidente da Câmara Municipal de Almeirim também se preocupava com esta situação. Assim, quis saber qual era o

ponto da situação actual. Lembrou que os membros da Assembleia Intermunicipal, entidades políticas locais e regionais, deveriam continuar a fazer pressão para que na pequena verba dos investimentos públicos não fosse esquecida a do IC3.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, deixando uma recomendação da bancada do PSD à actividade da Comunidade Intermunicipal neste tempo particular que se atravessava. Referiu que a Comunidade Intermunicipal tem desenvolvido um trabalho de realce em algumas áreas e poderia tirar partido da sua actividade e da sua proximidade aos Municípios, para que no decurso das suas actividades pudesse também dotar de algumas ferramentas os Municípios, ajudando-os no controlo das suas contas. Na redução da despesa, por um lado, e também no incremento da receita. Isto é, procurar dar ferramentas aos seus Municípios, linhas orientadoras. Alertou que a CIMLT com certeza sentia a redução do pagamento das quotizações dos associados. Portanto, também aí, poderia fazer com que esta fonte de financiamento e receita da Comunidade pudesse continuar a ser assegurada. Ao mesmo tempo, apelou à CIMLT para tentar conseguir particularizar os vários projectos em curso, no sentido de poder acudir à emergência social que poderíamos estar prestes a assistir.----------

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, e tendo em conta uma declaração que iria ser feita na Assembleia Intermunicipal acerca da Saúde, mencionou uma reunião que tinha acontecido naquele dia. Referiu que o Presidente do Conselho da Comunidade da Lezíria do Tejo, que era ao mesmo tempo Presidente da Câmara Municipal de Coruche, tinha anunciado em relação a esta matéria o resultado de uma reunião que tinha decorrido no dia 11 de Abril de 2011 com o senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, garantindo melhoras na situação que se passava no sul do Distrito de Santarém e em particular nalguns Concelhos, como os de Coruche, Chamusca e Salvaterra de Magos, com graves necessidades ao nível dos cuidados de saúde primários, ora por falta de médicos no Centro de Saúde, ora por falta de condições ao nível de alguns equipamentos. A

senhora Deputada referiu que o senhor Secretário de Estado da Saúde tinha garantido que no decorrer do mês de Maio, no âmbito da Contratualização com médicos estrangeiros, o ACES da Lezíria II iria ter pelo menos seis médicos a integrarem este agrupamento. De acordo com a senhora Deputada tal não resolveria todos os problemas do Distrito de Santarém no âmbito da Saúde, mas era um princípio que poderia colmatar algumas lacunas ao nível da Saúde, nomeadamente ao nível da falta de recursos humanos. A senhora Deputada disse esperar também que, e essa é uma reivindicação do Município de Coruche, deputados municipais e população em geral, este fosse um ponto de partida para que finalmente o serviço de urgência básico do Concelho pudesse abrir e receber não só os utentes do Concelho, mas de todo o Distrito de Santarém.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, dizendo que, relativamente ao IC3, a bancada do PSD entendia que era uma via estruturante para o Distrito, uma vez que permitia não só retirar tráfego de atravessamento de localidades, tráfego pesado e que transportava resíduos perigosos, mas que permitia também constituir-se como um eixo fundamental do centro do Distrito e fazer a ligação de várias zonas de desenvolvimento económico que existiam na margem sul do Tejo. Lamentou no entanto que tivessem sido privilegiados investimentos de muito maior monta, como o novo aeroporto e a travessia do Tejo em Lisboa. Lembrou que pequenos projectos como este tinham ficado por executar e poderiam até não vir a ser executados, uma via que tanta importância tinha para o interior do Distrito de Santarém. O senhor Deputado disse esperar ainda que uma ligação eventualmente na zona do Entroncamento à A23 e uma requalificação da EN118 pudessem vir a ser contempladas, caso o IC3 não pudesse vir a ser feito.----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que as questões levantadas pela Assembleia eram questões que, como Presidente da Câmara Municipal de Almeirim e como Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, lhe tocavam. Eram assuntos da

maior importância para todos os Municípios associados. Portanto não estava de fora dessa responsabilidade. Relativamente ao IC3, mencionou que continuava a mostrar o interesse da Região e do seu Município em particular, porque tinha a zona industrial de Almeirim estrangulada. No entanto, a justificação que tinha recebido até à data era para o não avançar da obra era a de que os investimentos em novas vias estavam condicionados. Frisou ainda que era realmente muito difícil obter uma resposta positiva do Ministério das Obras Públicas, mas que iria continuar a tentar. Em relação às questões da Saúde, era também uma questão que preocupava todos os Municípios da Região. O senhor Presidente disse que todos os Municípios andavam a trabalhar no seio do ACES e era bom saber que todas as pressões feitas estavam em vias de ser contempladas com a melhoria da situação. Em relação ao problema levantado pelo PSD, o senhor Presidente referiu que era também uma preocupação da CIMLT reduzir custos. Lembrou que desde sempre a CIMLT tinha feito esforços para conseguir esse objectivo em várias acções. Aliás, na presente Ordem de Trabalhos constava um desses esforços, que era o nascimento de uma Central de Compras, que tinha surgido como necessidade de se poder vir a reduzir custos no seio de cada uma das Câmaras da Lezíria. Terminou dizendo que esta era uma estratégia da Comunidade Intermunicipal, com o objectivo de beneficiar todos os Municípios, porque as dificuldades eram muitas.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, dizendo que registava a informação que tinha sido dada relativamente à Saúde, mas continuava céptico dado que um ano antes a Ministra da Saúde tinha dado garantias ao Município de Benavente para a resolução de um conjunto de problemas que estavam por resolver relativamente às extensões de saúde do Porto Alto, Santo Estêvão e Barrosa. Aliás, a situação até se tinha agravado. Frisou que o SAP de Benavente tinha passado a não funcionar 24 horas, mas sim 23 horas por dia. Na opinião do senhor Deputado, as questões da Saúde não se estavam a resolver, pelo menos por enquanto. ----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, apresentando a seguinte Declaração, com o título "Serviços de Saúde com Qualidade": "Manifestámos já nesta Assembleia a nossa preocupação pelo encerramento das extensões dos serviços de saúde na região. Apesar das dificuldades que os responsáveis pelos serviços de saúde têm demonstrado em contratar médicos portugueses, não compreendemos que as medidas necessárias para garantir às populações do interior os mesmos direitos aos serviços de saúde pública demorem tanto tempo. A reorganização que está a ser implementada pelas entidades responsáveis por este sector está a prejudicar as populações, em grande parte uma população envelhecida e com poucos recursos económicos, sem meios de transporte próprios e públicos para se deslocarem aos centros onde ficam instaladas as USFs (Unidade de Saúde Familiar). Lamentamos que as diligências que têm sido feitas pelos nossos responsáveis políticos, locais e regionais, não tenham tido eco junto das entidades regionais do Ministério da Saúde/ACES que não responde às solicitações e preocupações apresentadas. Os organismos públicos têm o dever de responder ao nível institucional às preocupações manifestadas pelos órgãos do poder local/regional. Lembro que, na nossa região, este problema tem sido discutido de forma elevada, com responsabilidade política, com algum consenso das forças políticas representadas nos diferentes concelhos da região, como tal, merece ser tratado com a dignidade que estes órgãos merecem, em representação dos munícipes. A última proposta apresentada nesta Assembleia e consensualizada entre todas as forças políticas aqui representadas consistia, ao fim e ao cabo, na manutenção dos serviços nas extensões de saúde, na implementação das Unidades de Saúde Familiar dotadas de meios que levassem o médico às principais localidades, devido às enormes distâncias percorridas e à inexistência de transportes públicos em muitas delas, não tem tido uma resposta à altura das necessidades existentes por parte das entidades regionais, responsáveis pelos serviços de saúde. As competências deste sector da Saúde são do governo central. Por isso, fazemos um apelo aos

responsáveis pela saúde na região (ACES) para que mostrem maior disponibilidade e responsabilidade na procura de soluções para a defesa destes serviços de saúde. É urgente encontrar soluções para garantir serviços de saúde com qualidade na região". O senhor Deputado quis ainda lembrar que deviam ser abertos concursos públicos nas regiões mais carenciadas, porque havia algumas regiões mais densamente populacionais onde o número de médicos era superior ao rácio da média europeia. Portanto não havia falta de médicos. Eles estavam mal distribuídos. Referiu também que era quase um crime que os jovens tivessem que ter média de 18 e 19 para poderem entrar numa faculdade de Medicina, quando se sabia que os médicos ao serviço, da geração dos 40/50 anos, se tinham formado com 12, 13 ou 14 valores. E eram bons médicos na mesma, até porque a qualidade da profissão não estava directamente relacionada com as médias. Assim, de acordo com o senhor Deputado, tem havido não só dificuldade de médicos como também falta de vontade política. E só fazendo pressão, independentemente da força política, seria possível tentar resolver este problema.----------

---

--- **ORDEM DO DIA**----------

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal.**----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que a actividade da CIMLT estava descrita nos documentos que tinham sido distribuídos, ficando a aguardar que algum elemento da Assembleia quisesse alguma informação em especial.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, felicitando o Conselho Executivo pela apresentação do Relatório, que estava muito mais esclarecedor, apesar de sintético na mesma. De seguida quis saber qual era o ponto da situação em relação ao QREN na região. Por outro lado, no dizia respeito ao Projecto Ribatejo Digital, pretendeu saber se havia alguma intenção de não só

efectuar o cadastro urbano, mas também fazer os mapas e as cartas do cadastro rústico. Disse ter colocado esta questão devido à altura de crise, em que os casais jovens e não só estavam a pagar demasiado de imposto sobre o IMI. Referiu que era quase escandaloso que grandes proprietários ligados ao campo e à floresta pagassem menos imposto do que às vezes um casal jovem que comprava uma casa. ----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, frisando que da região do Alentejo, onde a CIMLT estava inserida, esta era a Comunidade Intermunicipal com melhor taxa de execução. Passou de seguida a palavra ao Dr. António Torres, para dar números mais concretos.----------

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, dizendo que, relativamente ao QREN, a CIMLT tinha contratualizado uma verba para 2007-2013 na ordem dos 72 milhões de Euros. A 31 de Dezembro de 2010 tinha cerca de 55 milhões de Euros de candidaturas aprovadas. Naquele momento, relativamente à taxa de execução 2007-2010, no mês de Março de 2011 ela situava-se nos 40%. O senhor Secretário Executivo referiu que estes valores eram bastante superiores aos restantes da região do Alentejo – quase o dobro. Relativamente ao projecto do Ribatejo Digital e do cadastro rústico e cadastro urbano, lembrou que a CIMLT tinha tido uma parceria com o IGP e que tinha vectorizado e digitalizado todo o cadastro rústico da Lezíria do Tejo. Faltava fazer a parte mais difícil, que era associar as três componentes: as conservatórias, as Finanças e a própria CIMLT e o IGP estarem em conjunto com uma aplicação em que cada vez que fosse feita uma escritura, tudo se ia actualizando. No que dizia respeito ao cadastro urbano, disse que tinha havido por parte das Finanças um trabalho relativamente ao cadastro urbano, mas só na questão da avaliação das casas. Prosseguiu dizendo que a CIMLT tinha tido uma reunião com a senhora Secretária de Estado do Ordenamento por causa de uns programas estratégicos das ARUS e ela até tinha lançado um repto, face ao trabalho da CIMLT na área da cartografia 10:000 e do

cadastro rústico. Lembrou que a CIMLT já tinha todas as moradas e edifícios existentes na Lezíria do Tejo, bem como toda a actividade económica. Assim, a senhor Secretária de Estado tinha lançado um repto de eventualmente a CIMLT tentar fazer o cadastro urbano para as áreas das ARUS, sendo algumas delas compostas por 500 edifícios. No entanto, o senhor Secretário Executivo alertou que este trabalho custava milhões e milhões de contos para o País, porque tinha que se identificar as matrizes prediais, ver as áreas construídas, com medições, com plantas de beirais e com a estreita ligação com as conservatórias. Tal trabalho envolveria três Ministérios – Ministério da Justiça, Ministério das Finanças e Ministério do Ordenamento. Concluiu salientando que a senhora Secretária de Estado disse estar a trabalhar no cadastro das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e que quando fechasse as notas técnicas das ZIFS passaria então para uma tentativa de piloto na Lezíria para o cadastro urbano, com base nas ARUS. Portanto, a CIMLT estava a trabalhar nesta situação. Aliás, lembrou que no Portal do Ribatejo Digital, se alguém soubesse a matriz predial do cadastro rústico, só tinha que pesquisar e o prédio aparecer-lhe-ia georeferenciado. A questão tinha sempre a ver com a actualização desse cadastro.----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que a CIMLT tinha tido a vantagem de ter ido para o Alentejo para beneficiar de fundos que de outra maneira não estavam ao seu alcance. Mas tem tido muita dificuldade porque o ritmo alentejano muito francamente não era igual ao da Lezíria. A CIMLT tinha que puxar por ela própria para gastar os fundos, e ao mesmo tempo puxar pelo sistema, porque era um ritmo completamente diferente.----------

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, chamando a atenção para as actas das reuniões do Conselho Executivo da CIMLT e reparando que, ao contrário do que aparecia noutros projectos, não aparecia a declaração do senhor Presidente do Conselho relativamente à declaração do Município do Cartaxo para a integração das obras do parque de negócios do Valley

Parque do Eixo 3. A acta mostrava que tinha sido questionado pelo Vice-Presidente da Câmara do Cartaxo se estava enquadrado no Eixo 3. A resposta tinha sido que sim, mas de facto a declaração não estava lá.----------

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que a Contratualização, com o primeiro memorando que tinha sido assinado entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, tinha proposto algumas alterações. Todos os projectos que eram para contratar no seio da contratualização tinham que ter uma declaração em como se enquadravam no Programa Territorial de Desenvolvimento que a CIMLT tinha elaborado. Poderia, assim, eventualmente, ter havido um lapso na acta. Mas o senhor Secretário Executivo informou a senhora Deputada que o projecto tinha um parecer do Conselho Executivo a dizer que se enquadrava no PTD, tinha sido analisado e estava aprovado no seio da contratualização e pelo INALENTEJO, aguardando-se a todo o momento a assinatura do contrato de financiamento, na medida em que o processo de concurso estava praticamente no fim. Portanto, tinha vindo à sessão do Conselho Executivo e tinha merecido parecer positivo no enquadramento do Eixo 1, dado que era um parque empresarial. E esse projecto já estava aprovado.----------

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2010**.----------

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que a CIMLT tinha feito, em termos de receita, cerca de 1 milhão e 100 mil Euros. Portanto, tal dava uma taxa de execução do Plano e Orçamento na ordem dos 48%, face à receita arrecadada e à despesa efectuada. Esta diferença existente entre o que estava orçamentado e o que tinha sido executado tinha-se devido fundamentalmente a três situações. Uma candidatura sobre Altimetria, que era uma actualização da cartografia da Lezíria à escala 1:10 000. A CIMLT tinha apresentado a candidatura em Maio e a mesma só tinha sido aprovada

em Dezembro. O mesmo aconteceu com o Ribatejo Digital, que tinha sido aprovado no dia 28 de Dezembro. Ou seja, a CIMLT tinha duas candidaturas previstas para meados do ano, mas as mesmas foram primeiro analisadas pela estrutura do INALENTEJO. Só aqui estavam cerca de 600 mil Euros no Ribatejo Digital, mais 90 mil na questão da Altimetria, e depois cerca de 120 mil no POPH. No que toca ao POPH, referiu que a CIMLT tinha recebido o relatório da DGAL, tinha tido a pontuação máxima, mas recebera um ofício a dizer que embora com a pontuação de mérito não havia montante financeiro para aprovar a mesma. Daí que a discrepância do orçamentado e do realizado.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, referindo que nas prestações relativas ao exercício de 2010 tinham verificado que a quebra das receitas de capital em cerca de 50% estavam justificadas pela aprovação de projectos no quarto de trimestre e que não entravam o financiamento. Portanto, só iriam entrar em 2011. No entanto tinham verificado que isso representava 50% da quebra das receitas. Assim questionou quais eram os projectos que já tinham sido aprovados para serem financiados e que tinham este peso substancial. Disse ter verificado também num outro gráfico que havia uma força maior do lado da despesa corrente, comparada com a receita. Quis saber se tal estava relacionado com o facto de não ter entrado o financiamento destes projectos e também da quotização dos Municípios não ter entrado, ou se existia uma outra justificação.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Neves Leal (PS)**, realçando que estava perante um documento que apesar de ter só 50% de execução apresentava um saldo positivo que era sempre de realçar nos dias que corriam. No entanto, um parecer do Revisor Oficial de Contas dava ênfase relativamente à situação de uma interposta acção administrativa colocada por um conjunto de empresas. Assim solicitou que o Conselho Executivo o esclarecesse mais sobre este assunto.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, referindo que tinham chegado à conclusão que realmente este exercício de 2010 era

um exercício de transição entre o Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e o QREN. Desta forma havia um período de transição entre o quarto trimestre de 2010 e o primeiro de 2011. Ainda assim realçou dois factos. O facto do exercício apontar como resultado concreto para um lucro de cerca de 210 mil Euros. Por outro lado, verificar o aspecto negativo que o preocupava enquanto autarca, que era o facto da quotização dos Municípios ou a falta dela ter aumentado em 128%. Queria isto dizer que havia Municípios que não tinham conseguido cumprir com as quotizações para a Comunidade. Na opinião do senhor Deputado, isto era um facto preocupante que tinha a ver com aspectos de asfixia financeira das Autarquias. Assim, pediu para que todos dessem as mãos para se baterem para que o Poder Local fosse dignificado, porque era o que estava mais próximo das populações e era aquele que contribuía de uma forma decisiva para que o País não estivesse tão mau como eventualmente poderia estar.----------

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, dizendo que, relativamente aos 50% da receita de capital, esta tinha a ver com o investimento que iria ser feito no Ribatejo Digital. Prosseguiu dizendo que todas as componentes já estavam adjudicadas, o projecto estava em curso e portanto a execução iria traduzir-se no exercício de 2011. Quanto à diferença entre a despesa corrente e a receita corrente tinha um pouco a ver com o que tinha sido referido pelo senhor Deputado da CDU, que tinha a ver com o atraso nas Quotizações de dois Municípios, que tinham um peso bastante elevado. Relativamente à ênfase, referiu que tinha a ver com um processo que tinha 5 ou 6 anos, estava parado no Tribunal, que tinha a ver com o pedido de indemnização pelas empresas na ordem dos 100 milhões de Euros. Lembrou que a CIMLT tinha abordado os advogados para saber se teria que pagar alguma coisa, embora os consultores da CIMLT dissessem que esse valor era 100 vezes mais do que aquilo que eventualmente teria que ser pago. De há 5 anos a esta parte não se sabia nada e todos os anos a CIMLT perguntava aos advogados como é que estava a situação. Terminou dizendo que no

Tribunal não se mexia uma folha sobre o assunto.----------

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, questionando quais eram os Municípios que tinham as Quotizações em atraso.----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, julgando que todos os Municípios teriam naquele momento Quotizações em atraso, estando todos com muitas dificuldades.---

--- Colocados à votação os Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2010, os mesmos foram **APROVADOS POR UNANIMIDADE.**----------

---

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2010.**----------

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, resumindo a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2010.----------

--- Colocada à votação a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2010, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**----------

---

-- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011.**----------

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que a revisão tinha duas questões fundamentais. Primeiro, das reuniões que tinham havido com os técnicos de informática das Câmaras tinha-se verificado que havia necessidade de reprogramar a candidatura que já estava aprovada do Ribatejo Digital e reforçá-la, nomeadamente para fazer a reestruturação dos sites das Câmaras Municipais. A segunda questão tinha a ver com um lapso. Aquando da elaboração do Orçamento, a rubrica relativa a seguros de

acidentes de trabalho e doenças profissionais não tinha ficado por lapso no Orçamento na descrição e, portanto, havia necessidade de abri-la e escrevê-la, até porque em 2011 se pagavam os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais de 2010.----------

--- Colocada à votação a Proposta de Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:----------

--- Votos a favor: 23 (PS, CDU, BE, GIGA e MICA);----------

--- Abstenções: 9 (PSD).----------

--- Passou-se de seguida ao **Quinto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Regulamento Interno dos Perfis de Competências da CIMLT.**----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, mencionando que esta proposta era o cumprimento de uma disposição legal que obrigava a CIMLT a estabelecer um regulamento interno, tendo em conta as competências do pessoal que estava ao serviço da Comunidade Intermunicipal.----------

--- Colocada à votação a Proposta de Regulamento Interno dos Perfis de Competências da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**----------

---

--- Passou-se de seguida ao **Sexto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Electrónicas da CIMLT.**----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, explicando que tal se referia à necessidade da CIMLT criar uma central de compras regional, que abrangeria todos os Municípios pertencentes à CIMLT, visto que havia a necessidade de racionalizar o mais possível os custos. Portanto, de acordo com o senhor Presidente, se a CIMLT pudesse

constituir uma central de compras, poderia trazer algumas economias de escala aos Municípios associados. Assim, vinham daquela forma apresentar o regulamento que iria orientar essa central de compras regional.----------

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, entendendo que a criação desta central de compras era uma boa proposta, tendo em conta o princípio que lhe estava subjacente da economia de escala, conseguindo-se assim negociações de maiores quantidades, seja de serviços, seja de produtos, com um preço unitário obviamente mais baixo. No entanto, o senhor Deputado referiu que tinha tido oportunidade de ver que o projecto estava mais direccionado para obras públicas e aquisição de serviços, facto que o preocupava. Lembrou todo o processo de candidatura através de plataforma electrónica e concordou que hoje em dia todas as empresas que se quisessem competitivas e com horizontes mais além teriam de caminhar nessa direcção. Ainda assim, a preocupação residia na eventual quebra de fornecimento de serviços por alguns agentes económicos locais. Ou seja, ao nível dos Municípios muitas vezes existia fornecimento de alguns pequenos serviços e estes referidos agentes poderiam não estar ainda com capacidade para se inscreverem nesta plataforma. Conclui dizendo que o PSD estava de acordo e iria votar favoravelmente a proposta, mas queria apenas deixar de qualquer forma a preocupação.----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, concordando que realmente na Região havia dificuldade em encontrar empresas que conseguissem corresponder a um determinado volume de negócios. Claro que a central de compras procuraria resolver problemas importantes da parte dos Municípios. No entanto, o senhor Presidente disse não saber até que ponto conseguiriam privilegiar ou seleccionar fornecedores da Região, por falta de escala de alguns deles.----------

--- Colocada à votação a Proposta de Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Electrónicas da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR**

UNANIMIDADE.----------

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, frisando que a CIMLT verificava de facto alguma insuficiência dos agentes económicos da Região em corresponderem às solicitações feitas por parte da CIMLT, através dos concursos que lançava. Mas no fundo o que se pretendia era que os Municípios associados tivessem acesso a melhores condições no que tocava aos materiais que utilizavam. Por outro lado, o objectivo seria também cativar os investidores da Região, de maneira a que eles próprios criassem a escala necessária para virem a fornecer os Municípios da Lezíria. No fundo, a central de compras teria mais objectivos do que a simples compra de material ao melhor preço. Esse era fundamental, mas também era fundamental elevar um bocado o nível da economia da Região.----------

---

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.----------

--- A PRESIDENTE_____

--- O VICE PRESIDENTE_____

--- A SECRETÁRIA_____